

OS TEMPOS DO SUJEITO E DO OUTRO: NARRAÇÃO, DISCURSO E PULSÃO¹

Maria Cristina Poli

“Inútil procurar a origem das narrativas no tempo, é o tempo que se origina nas narrativas”

Todorov, 1970

As narrativas produzidas em análise são interpretadas a partir do operador clínico, proposto por Lacan, da alienação/separação. Nesta proposição, as diferentes posições do sujeito nas narrativas originárias podem ser lidas na interface do campo do sujeito com o campo do Outro. O tempo em causa nas narrativas é, então, o do ritmo pulsional e o conteúdo da narrativa, o *corpus* representacional constituído pelo discurso. Movimentos de alienação/separação entre sujeito e Outro que constituem o desdobramento das posições do sujeito da enunciação nas várias versões em que o fantasma originário pode se apresentar. **Alienação; separação; cena primária; pulsão**

THE TIMES OF THE SUBJECT AND THE OTHER: NARRATION, SPEECH AND DRIVE

The narratives produced in analysis are interpreted from the clinical operator, considered for Lacan, named alienation/separation. In this proposal the different positions of the subject in the originary narratives can be read in the interface of the field of the subject with the field of the Other. The time in cause in the narratives is, then, of the pulsional rhythm and the content of the narrative, the representation corpus consisting by the speech. Movements of alienation/separation between subject and Other one that constitute the unfolding of the positions of the subject of the articulation in the various versions that the originary phantasy can present itself.

Alienation; separation; primal scene; drive

Em um texto relativamente recente, “Posições lacanianas sobre a adolescência, ontem e hoje”, Rassial (2000) expõe um breve percurso sobre a noção de “adolescência” na psicanálise laciana. Do estado de exclusão a que o ápice da ortodoxia a relegou – sobretudo durante as décadas de 70 e 80, quando sua evocação lembrava a psicogênese da personalidade –, ela alcançou na atualidade um lugar de proeminência na produção de psicanalistas lacianos. Rassial propõe que, em uma leitura especificamente laciana, a consideração metapsicoló-

- Psicanalista, membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA), professora da Faculdade de Psicologia da PUC-RS, doutoranda na Universidade de Paris XIII, autora do livro *O espírito como herança: As origens do sujeito contemporâneo na obra de Hegel*.

gica da adolescência permite avançar em relação aos temas conhecidos como do “último Lacan”, especificamente na questão do “passe” e fim de análise, e na escrita do *sinthoma*. Neste sentido, o autor destaca o trabalho de Lacan com James Joyce, particularmente com a narrativa do *Retrato do artista quando jovem*, como um trabalho sobre a operação adolescente. Rassial assinala que se pode considerar que os desenvolvimentos de Lacan sobre o “quarto nó” – o *sinthoma* – dizem respeito à especificidade do trabalho psíquico do adolescente. Assim, além da descrição dos fenômenos “pubertários” e da “crise” psicológica adolescente, haveria uma especificidade estrutural, metapsicológica, da adolescência como *operação*.

A partir dessa noção de operação, podemos considerar que a adolescência é um tempo do sujeito, quase independente da idade cronológica de um indivíduo, dito *o adolescente*. Se não é *totalmente* independente desta condição, é porque um sujeito deve sempre ser considerado em relação ao campo do Outro, ao discurso. Assim, *é no adolescente que o discurso do Outro realiza o tempo no qual a operação adolescente se efetiva*.

Consideramos importante abordar essa questão recorrendo a uma dupla face presente nas narrativas das origens em análise: fantasia individual e mito coletivo. Podemos exemplificá-las, rapidamente, recorrendo à própria construção da teoria analítica realizada por Freud. O mito da horda primitiva, como indica Lacan, é a única formulação mítica própria à modernidade. Freud pretendeu, em sua elaboração, construir uma hipótese sobre as origens da sociedade humana e suas instituições – moral, religião, direito. Sabemos o quanto ele foi atacado pela comunidade científica, notadamente pelos etnólogos, que acusaram suas formulações de serem delirantes. Podemos sustentar, porém, a hipótese de que Freud mais não fez que compor uma narrativa, dar corpo representacional, à forma pela qual a cultura ocidental moderna organiza a interface entre o discurso que a dirige e o “corpo” pulsional que a move.

Além disso, podemos considerar que o mito da horda primitiva é a formulação cultural que dá suporte ao complexo de Édipo. No texto *Moisés e a religião monoteísta*, Freud (1939) escreve:

“A conduta da criança neurótica diante de seus pais, nos complexos de Édipo e de castração, abunda em tais reações, que parecem individualmente injustificadas e que somente filogeneticamente se tornam compreensíveis, ou seja, por meio de sua vinculação com vivências de gerações anteriores” (p. 3301).

Em outras palavras, isso significa dizer que a passagem individual pelo complexo de Édipo pressupõe que o mito da horda

primitiva esteja inscrito no discurso que dirige o laço social. Em termos freudianos, podemos considerar que o Édipo é a atualização ontogenética de uma herança filogenética, a horda primitiva. Ambas são estruturas que organizam discursivamente o jogo de posições do enlace pulsional. Elas são construções – no sentido freudiano de “construções em análise” (Freud, 1937) – que situam o ponto de enlace, de alienação, entre discurso e pulsão.

Denominá-las “construções” implica reconhecê-las como versões que se produzem a partir de um *fragmento de verdade histórica*. Conforme assinala Assoun (1996), podemos observar em Freud uma genuína preocupação com os limites da liberdade poética. Diz o autor:

“A liberdade poética, longe de ser uma invenção arbitrária, é a aptidão a sustentar, ao mesmo tempo, a cena poética e seu apoio sobre a realidade – alcançando desta forma uma espécie de realismo superior (...)” (p. 110).

Tal concepção de “realismo” implica, segundo nossa interpretação, pôr em causa o Real – *das Ding* – na transmissão. Sua consideração na singularidade de uma dada cadeia significante determina a forma de um sujeito responder aos enigmas que lhe vêm do Outro – isto é, responder à falta estrutural de significação em torno da qual um discurso se organiza. É aí que encontramos o ponto de amarração, de suporte enunciativo de uma narrativa. Neste sentido uma narrativa das origens não é *nem* individual, *nem* social. Ela situa-se no ponto de encontro entre a clínica social e a psicopatologia individual. Trata-se de uma *escolha forçada*, que estabelece o princípio da conjunção alienante em que sujeito e Outro se sobrepõem.

A construção da “realidade psíquica” diz respeito à forma pela qual cada sujeito vai dar conta da singularidade de seu lugar na estrutura que o precede e à qual ele *ek-siste*. Trata-se, pois, da possibilidade da construção de um lugar e um nome ao sujeito da enunciação, a construção ficcional de um Eu (“*Je*”) narrador. É neste ponto que podemos reconhecer a incidência da operação de separação (Lacan, 1964).

Podemos ilustrar esse processo por meio do trabalho de psicanalistas na clínica com crianças. Bergès e Balbo (1994) denominaram “transitivismo” a operação pela qual a mãe – Outro primordial – propõe a seu filho um significante (S1) que situa sua divisão subjetiva, sua alienação ao discurso do Outro. É o que se dá, por exemplo, no caso de uma criança que cai, e a mãe antecipa seu choro no discurso: “Não precisas chorar”. O significante aí situa, na atribuição ao outro, a afanise do sujeito da enunciação. Sua enunciação pela mãe parte deste desconhecimento: que o choro é seu, antes de ser do filho. Ele pode, pois, suportar para a criança esta

clivagem entre enunciado e enunciação, neste Ser que não é bem *nem ele (filho)*, *nem ela (mãe)*. É diferente, assinalam os autores, quando o enunciado materno parte de um lugar de certeza interpretativa (S2), quando o discurso da mãe comporta um saber sobre o corpo do filho, que, se produz afanise, é porque nele não há espaço para dúvidas.

Conforme Bergès e Balbo, no “transitivismo” podemos observar um efeito libertador da alienação. É a constituição de um espaço significante que não é *nem eu*, *nem tu* e que permite ao *parlêtre* o acesso a um terceiro simbólico, a uma falta constituinte do desejo. Ela permite ao sujeito uma afanise que o dispensa da entrega sacrificial ao saber do Outro.

Essa alienação *transitivista* é também, acrescentaríamos, separação. A partir do compartilhamento de um espaço comum de recobrimento das faltas, o sujeito representa-se como terceiro excluído na cena. É o “ele chora” indeterminado que tem valor de *schifter* do sujeito do inconsciente. O que denominamos separação consiste na produção deste significante, no *après-coup* de sua enunciação, como representante de *um* sujeito, seu valor de realidade psíquica. Na trajetória do sujeito – de um sujeito, em particular – podemos acompanhar o desdobramento dos diferentes tempos do processo de alienação/separação nas várias versões da “realidade” que correspondem a momentos distintos da narrativa das origens: cena primária/teoria sexual infantil, romance familiar/mito individual, fantasma/tragédia e sintoma/*sintboma*.

Podemos, assim, observar dois

tempos em causa nas narrativas de origem:

- enquanto *corpus* representacional, constituem a face especular, a duplicação imaginária, necessária ao registro da *falta-a-ser* no sujeito e no Outro (alienação);

- enquanto *estrutura* da narrativa, indicam a temporalidade pulsional que situa os jogos posicionais entre sujeito, Outro e objeto *a* (separação).

Em um neurótico adulto podemos supor que ao menos as três primeiras versões da realidade psíquica, indicadas acima, podem coexistir. Deixamos em aberto a questão de saber se a constituição do *sinthoma* seria uma versão, reduzida, que se substituiria às demais. O processo histórico em questão na cronologia da vida de um indivíduo nos apresenta a formulação paulatina de cada uma dessas versões. O percurso significante que conduz de uma a outra é o que nos permite reconhecer a efetividade da transmissão, isto é, a inclusão do sujeito em uma genealogia. Conforme Douville (2000):

“Para que uma genealogia seja significante, é preciso passar das teorias sexuais, em que a criança é o produto do pulsional, ao romance familiar, em que o originário é descompletado [*décomplété*] e em que a criança é o produto do desejo, até o mito individual do neurótico em que a criança é o produto de três gerações. E ele deixa, neste momento preciso, de ser uma criança” (p. 74).

Assim, de uma forma esquemática, podemos pensar que na infância o sujeito encontra na formulação de

suas teorias sexuais uma forma de representação que responde aos enigmas sobre as origens. Se esta construção narrativa apresenta-se como uma versão singular à questão sobre as origens do indivíduo, ela é suportada na cultura por uma representação, coletivamente partilhada, de cena primária. Da posição de alienação que o sujeito ocupa na cena primária – isto é, lugar de terceiro excluído do espaço transativista de uma versão das origens que não é *nem eu, nem tu* –, ele se inclui na formulação de suas teorias. É um primeiro tempo de separação que se situa aí, nesta versão narrativa.

Cena primária e teorias sexuais infantis constituem, segundo nossa proposição, os dois tempos do processo de alienação/separação para a criança. Propomos conceber *cena primária e teoria sexual infantil* como duas versões do mesmo movimento, sendo a primeira uma versão em que o sujeito encontra-se completamente alienado a seu lugar na estrutura, enquanto na teoria sexual há o movimento de separação em questão. Neste último, o que se salienta é a referência à posição enunciativa do sujeito enquanto autor de uma teoria. Trata-se, pois, do estabelecimento de uma clivagem entre a posição do sujeito que cria (*l*) e do objeto criado (*a*)². Por outro lado, a operação de alienação situa a afanise do sujeito na cena primária. O sujeito da enunciação (S1) fica como terceiro excluído; seu lugar é no Outro e para o Outro. Já a teoria sexual infantil, diferentemente da cena primária, implica um segundo tempo, em que um sujeito se produz na falha do saber (S2); operação de retorno à posição de enunciação (S1) pelo qual o sujeito, barrado, constitui sua qualidade significante. Ele se inclui entre pares, na série significante, e se conta para eles e entre eles. Dito de outro modo, se na cena primária o sujeito é contado pelo Outro, na teoria sexual ele se conta para outros, apropriando-se dos significantes do campo do Outro.

Acompanhamos aqui Balbo (Bergès & Balbo, 2001), que propõe:

“O desconhecimento, por um lado, e o saber que procede de uma teoria sexual infantil, por outro, sejam S1 e S2, são aquilo pelo que um sujeito se funda, visto que esse S1 o representa para um S2. Na medida em que um S1 representa um sujeito para um S2, já podemos nos perguntar se algo aí, por essa própria fórmula, não nos introduz em uma teoria sexual infantil: S1 e S2, de onde procederia o sujeito. Em outras palavras a característica desse S2 é proceder de um desconhecimento constitutivo do sujeito, desconhecimento que para ele é fundador. Em que aquilo que é da ordem do saber inconsciente retido, reservado, recalcado pelo desconhecimento, faria retorno graças ao S2, isto é, graças a uma teoria sexual infantil? Se não há uma teoria graças à qual essa reserva pode retor-

nar, isto será, para a criança, a psicose ou o autismo” (pp. 121-2).

Essa primeira forma de realização do sujeito, de constituição de um traçado singular que faça função de “realidade psíquica”, mostra-se logo insuficiente. Ao chegar à puberdade, a confrontação com o real sexual no corpo próprio, e o efeito injuntivo decorrente, mostra a insuficiência de uma formulação, tal qual a proposta pelas teorias infantis. O romance familiar aparece, então, como versão da fantasia sobre a origem desse corpo habitado por um desejo sexual, ordenado pelo significante fálico. Ele é a face “alienada” da versão púbere das origens, enquanto o mito individual é a face de “separação” dessa versão.

A lógica que organiza essas formas de representação do sujeito na puberdade está marcada pela referência ao significante fálico. Trata-se, em síntese, de versões narrativas apoiadas na metáfora fálica alcançada pela passagem pelo complexo de Édipo. Em sua representação alienada – o romance familiar –, o sujeito situa-se fora de uma cena em que se alternam as atribuições signílicas de *menos* e *mais*, relativas ao falo. A família da realidade é *menos* com relação à família imaginária ou ideal. O enigma que a sexualidade fálica propõe ao sujeito representa-se, no discurso do Outro, como possibilidade de deslizamento – do *menos* ao *mais*, e vice-versa. Nesta duplicação imaginária, opera-se o velamento do significante que indica o lugar do sujeito da enunciação (S1). A posição do sujeito na filiação e na sexuação fica submetida, aqui, aos efeitos imaginários de significação de uma herança nobre ou denegrada.

No “mito individual”, um sujeito se produz na posição de autoria de uma versão fálica das origens. A partir da inclusão do significante fálico no ordenamento do discurso e da pulsão, o lugar do sujeito é representado na ficção de um “eu” (*je/moi*) duplicado: ele conta sua história e é contado por ela. O *menos* e o *mais* incidem aí na clivagem do eu, situando o sujeito como autor (*I*) e como produto (*a*) de uma história de vida. Trata-se da versão púbere das teorias sexuais infantis, pois é, também aí, a pulsão epistemofílica que vai propiciar material para a formulação do “mito”. De modo geral, o púbere interessa-se pelas histórias progressas do pai e da mãe, de suas famílias e do exercício de sua sexualidade. Mesmo que ele não enuncie seu interesse diretamente como questão, suas fantasias demonstram a curiosidade que circunda as relações familiares.

Poderíamos nos perguntar se o complexo de Édipo não seria uma das versões da “realidade psíquica” que tratamos de trabalhar aqui. A dificuldade que se nos apresenta é que, se acompanharmos as teorizações de Freud e Lacan, o lugar central delegado ao Édipo o situa antes como uma operação subjetiva – tal

qual a operação de alienação/separação – que como uma narrativa. Nesse sentido, ele é completamente inconsciente e supõe, portanto, o sujeito em uma condição de alienação absoluta à estrutura discursiva em questão. Enquanto narrativas, tanto o drama edípico quanto o mito da horda primitiva são formulações ficcionais propostas por Freud, “mitos científicos” da psicanálise. Tanto um como o outro não existem encarnados em sujeitos particulares.

É como estruturas que eles indicam uma dada forma de organização discursiva que circunda o Real e que promove o jogo de enlace e desenlace entre sujeito, Outro e objeto *a*. Sua operação consiste, nos termos que estamos aqui trabalhando, na inscrição do significante fálico como quarto elemento dessa estrutura. Nesse sentido, podemos formular a proposição de que o complexo de Édipo *ek-siste* ao campo do sujeito; ele é uma operação que se dá no Outro e que chega ao sujeito pela consideração desse elemento discreto que se chama significante fálico. Obviamente isso altera por completo as condições representacionais do sujeito.

Nesse sentido, podemos formular *a posteriori* que a lógica da cena primária e das teorias sexuais infantis é, no primeiro momento de sua elaboração, uma lógica pré-fálica, isto é, apoiada nos orifícios pulsionais. Trata-se, neste ponto, de que a realidade psíquica dê conta da definição das bordas do corpo próprio na medida em que é sobre elas que se dá o apoio do processo de alienação/separação. A teoria sexual infantil é, portanto, uma representação antes

metonímica que metafórica, em que o que acompanhamos é o deslizamento do sujeito nas diferentes posições do objeto pulsional – como nas versões bastante conhecidas das fantasias de gravidez por ingestão de alimentos e do nascimento pela cloaca. Enquanto algo organizado prioritariamente em torno do objeto pulsional, o que chamamos de lógica pré-fálica constitui o que Freud denominou, por referência ao recalque originário, a definição de um espaço interno e um espaço externo, um eu e um não-eu, pela mediação simples de uma primeira negação, representada pela expulsão/incorporação.

A construção do fantasma na adolescência é um retorno a esse movimento originário. Tendo passado pela organização fálica, própria à versão do Édipo na puberdade, a confrontação com o enigma do Outro sexo, enigma em que a referência ao desejo transborda o registro de uma sexualidade organizada a partir da referência fálica, situa o adolescente diante de um real insubsumível à sua forma de representar até então. É nesse sentido que a passagem do fálico ao genital pode ser pensada como, basicamente, o encontro com uma questão, à qual nem o espaço moebiano do recalque originário, nem o registro da referência fálica são capazes de responder. Trata-se do encontro com o desejo feminino enquanto algo que compõe um Outro corpo, impossível de ser escrito com os recursos fornecidos pelo discurso. Essa alteridade radical com a qual o adolescente, de ambos os sexos, defronta-se demanda – tal qual a Esfinge – que seu enigma seja decifra-

do. Dessa vez, porém, Édipo não consegue deduzir a resposta, e só lhe resta vagar pelo deserto, cego e lastimando o fato de ter nascido. Isto é, o trabalho da metáfora fálica não é mais suficiente para esta expressão da *falta-a-ser* no discurso.

A referência ao destino trágico de Édipo não é casual. De fato, a crise da adolescência indica, como versão possível a esse enigma de origem – o que quer uma mulher? –, o recurso à tragédia. É ali onde o sujeito vai se representar no que faz função de *falta-a-ser* no laço social, naquilo que constitui representação de sofrimento e mal-estar. Tais são as diferentes versões sintomáticas que, desde a adolescência, e ao longo da vida adulta, um sujeito pode apresentar. Elas constituem diferentes ensaios de saída, de separação, do processo de alienação contidos nesse momento de encontro de um sujeito, regido pela lógica fálica, e o Outro – o Outro sexo (*o feminino*) –, que *ek-siste* a essa ordem.

Assim, em termos de realidade psíquica, temos, no pólo da separação, a tragédia – em que um sujeito se conta, prioritariamente, pela história de seus sintomas clínicos – e, no pólo da alienação, o fantasma. A adolescência é, pois, o momento no qual o fantasma vai se constituir em versão de uma tentativa de representação do movimento de alienação/separação do sujeito na relação ao Outro sexo. Como sabemos, tal solução é, contudo, irresolutiva e mantém o sujeito suspenso diante do enigma, sendo sempre conduzido a representar, na separação, o que *ek-siste* à ordem fálica como *sintoma*.

A proposição de Lacan acerca do *sintboma* nos permite pensar que haveria aí uma possibilidade de saída desse impasse, uma forma de representação do sujeito, de constituição da realidade psíquica que encontre ressonância do lado do Outro – aqui sempre Outro sexo –, situando, em alguma medida, um ponto de separação. Lacan (1975-6) traz o exemplo de James Joyce e a inscrição que o escritor faz do nome próprio como *sintboma*. Isso porque Joyce altera as próprias condições de representação estabelecidas no Outro ao re-inscrever a língua. Assim, seu nome se torna índice do que ele conseguiu ultrapassar em relação ao que “não cessa de não se escrever” diante dos limites de representação que uma cultura oferece. Dessa forma, para Lacan, fazer um nome é fazer *sintboma*, isto é, propor uma versão de realidade que altere as próprias condições de representação, permitindo que algo do enigma do Outro sexo se inscreva. Mesmo que isso, para alguns, seja possível por uma simples troca de letras, construção de um neologismo, etc. A formulação do *sintboma*, ainda que esteja sempre referida à língua, é da ordem do mais singular e, portanto, impossível de ser inventariada.

É nesse ponto que gostaríamos de situar, a título de conclusão,

o ponto de impasse da operação adolescente. “Impasse” no sentido de que, no *sinthoma*, trata-se de uma inscrição significante que pode ou não acontecer. Não há um determinismo prévio na estrutura ou no discurso do Outro que o condicione. Para ser, efetivamente, a marca significante de uma operação de separação pela qual um sujeito se suporta, ele deve ser produzido *ex-nihilo*.

Se a *adolescência* define, como vimos acima, a operação subjetiva pela qual um sujeito produz uma “passagem” que se conclui na inscrição do *sinthoma*, o *adolescente*, enquanto figura mítica da modernidade, está impedido de realizá-la. Esta ultrapassagem só é possível ser feita *um a um*; mesmo que, para tanto, seja imprescindível a companhia de outros. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Assoun, P. L. (1996). *Littérature et psychanalyse*. Paris: Ellipses.
- Bergès, J. & Balbo, G. (1994). *L'enfant & la psychanalyse*. Paris: Masson.
- _____ (2001). *A atualidade das teorias sexuais infantis*. Porto Alegre, RS: CMC.
- Costa, A. (1998). *A ficção do si mesmo: Interpretação e ato em psicanálise*. Rio de Janeiro, RJ: Companhia de Freud.
- Douville, O. (2000). Fragments, constructions et destins contemporains du “mythe” individuel à l’adolescence. In Rassial, J.-J. (dir.). *Sortir: L’opération adolescente*. Paris: Érès.

- Freud, S. (1937). Construcciones en psicoanálisis. In *Obras completas*. Tomo III. Madri: Biblioteca Nueva, 1973.
- _____(1939). Moisés y la religión monoteísta: Tres ensayos. In *Obras completas*. Tomo III. Madri: Biblioteca Nueva, 1973.
- Lacan, J. (1964). *O seminário, Livro XI, Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1990.
- _____(1975-6). *O seminário, Livro XXIII, O sintoma*. Inédito.
- Poli Felippi, M. C. (1998). *O espírito como herança: As origens do sujeito contemporâneo na obra de Hegel*. Porto Alegre, RS: Edipucrs.
- Rassial, J.-J. (2000). Positions lacaniennes sur l'adolescence, hier et aujourd'hui. *Adolescence*, Vol. 18, n° 1, pp. 83-93.
- Todorov, T. (1970). *As estruturas narrativas*. São Paulo, SP: Perspectiva.

NOTAS

¹ Parte integrante da pesquisa *Alienation, séparation, exclusion: Psychopathologie de l'adolescence et clinique du lien social*, desenvolvida pela autora no curso de doutorado da Universidade de Paris XIII, com financiamento da Capes.

² O exemplo trazido por Lacan, no *Seminário XI* (1964, p. 26), do enunciado infantil "Tenho três irmãos, Paulo, Ernesto e eu", é bastante ilustrativo dessa posição da criança em suas teorias.

*Recebido em agosto/2003.
Aceito em novembro/2003.*